Direção-Geral do Tesouro e Finanças

Despacho n.º 4863/2019

A Portaria n.º 229/2013, de 18 de julho, aprovou a estrutura nuclear dos serviços e as competências das unidades orgânicas da Direção-Geral do Tesouro e Finanças e fixou o limite máximo de unidades orgânicas flexíveis.

Posteriormente, através do Despacho n.º 12188/2013, de 9 de setembro de 2013, publicado no DR, 2.ª série, n.º 185, de 25 de setembro, e de acordo com o limite fixado no artigo 10.º da mencionada Portaria n.º 229/2013, de 18 de julho, foram fixadas as unidades orgânicas flexíveis.

Assim, tendo em consideração a necessidade de proceder à reorganização interna da Direção de Serviços de Apoios Financeiros, ao abrigo do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, pelos Decretos-Leis n.ºs 200/2006, de 25 de outubro, e 105/2007, de 3 de abril, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro e 64/2011, de 22 de dezembro, determino:

1 — O ponto 2. do Despacho n.º 12188/2013, de 9 de setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 185, de 25 de setembro de 2013, alterado pelo Despacho n.º 9850/2014, de 1 de agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 146, de 31 de julho de 2014, passa a ter a seguinte redação:

«2 — Na Direção de Serviços de Apoios Financeiros (DSAF), são criadas:

2.1 — A Divisão de Garantias, Empréstimos e outros Apoios Financeiros (DGEAF), com as competências previstas nas alíneas *a)*, *b)* (excluindo operações de crédito à exportação e ao investimento e crédito ajuda), *d)* e), *f)*, *h)*, *i)* e *j)* do artigo 3.º da Portaria n.º 229/2013 de 18 de julho;

2.2 — A Divisão de Apoios Financeiros Internacionais (DAFI), com as competências previstas nas alíneas *a)* e *b)* na parte que se refere a operações de crédito de ajuda e apoio à exportação e ao investimento, *c)*, *g)*, *j)* nas matérias relacionadas com as competências afetas à unidade orgânica, e *k)* e *l)* do artigo 3.º da Portaria n.º 229/2013, de 18 de julho.»

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de maio de 2019.

2 de maio de 2019. — A Diretora-Geral, em substituição, *Maria João Dias Pessoa de Araújo*.

312270863

FINANÇAS E SAÚDE

Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento e Adjunto e da Saúde

Portaria n.º 340/2019

O Hospital do Espírito Santo de Évora, E. P. E., necessita de proceder à aquisição de Dispositivos Médicos — Técnicas Adjuvantes de Avaliação de Placa, à consignação, celebrando para o efeito respetivo contrato pelo período de 36 meses, pelo que é necessária a autorização para assunção de compromisso plurianual.

Assim:

Manda o Governo, pelos Secretários de Estado do Orçamento e Adjunto e da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, na sua atual redação, e no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na alínea *a)* do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, o seguinte:

1 — Fica o Hospital do Espírito Santo de Évora, E. P. E., autorizado a assumir um encargo até ao montante de 954.450,00 € (novecentos e cinquenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta euros), a que acresce IVA à taxa legal em vigor, referente à aquisição de Dispositivos Médicos — Técnicas Adjuvantes de Avaliação de Placa, à consignação.

2 — Os encargos resultantes do contrato não excederão, em cada ano económico, as seguintes importâncias:

2019 — 291.637,50 €, a que acresce IVA à taxa em vigor;
2020 — 318.150,00 €, a que acresce IVA à taxa em vigor;
2021 — 318.150,00 €, a que acresce IVA à taxa em vigor;
2022 — 26.512,50 €, a que acresce IVA à taxa em vigor.

3 — À importância fixada para cada ano económico pode ser acrescida do saldo apurado no ano anterior.

4 — Os encargos objeto da presente portaria são satisfeitos por verbas adequadas do Hospital do Espírito Santo de Évora, E. P. E.

10 de maio de 2019. — O Secretário de Estado do Orçamento, *João Rodrigo Reis Carvalho Leão*. — 26 de março de 2019. — O Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, *Francisco Ventura Ramos*.

312289194

FINANÇAS E INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO

Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento e das Infraestruturas

Portaria n.º 341/2019

Considerando que a Infraestruturas de Portugal, S. A., pretende lançar um procedimento para a «Aquisição de aparelhos de via para a RIV Espinho/Gaia».

Considerando que o artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), na sua redação atual, determina que o Orçamento do Estado abrange os orçamentos do subsector da administração central, incluindo os serviços e organismos que não dispõem de autonomia administrativa e financeira, os serviços e fundos autónomos e a segurança social.

Considerando que nos termos do n.º 4 do artigo 2.º da LEO, na redação da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, consideram-se integradas no sector público administrativo, também, as entidades que, independentemente da sua natureza e forma, tenham sido incluídas em cada subsector no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, nas últimas contas sectoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, referentes ao ano anterior ao da apresentação do Orçamento.

Considerando que as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) a que se refere o n.º 5 do artigo 2.º da LEO integram o Orçamento do Estado, tendo sido listadas no Anexo I da Circular, série A, n.º 1367, de 1 de agosto de 2011, da Direção-Geral do Orçamento, encontrando-se integradas no mesmo Orçamento do Estado como serviços e fundos autónomos nos respetivos ministérios de tutela e considerando que a Infraestruturas de Portugal, S. A., é uma das EPR que consta dessa lista.

Considerando que a «Aquisição de aparelhos de via para a RIV Espinho/Gaia», tem execução financeira plurianual, torna-se necessário a autorização dos Ministros das Finanças e das Infraestruturas e da Habitação.

Considerando que o procedimento em causa tem um preço base de € 4.965.500,00, a que acresce IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que o início desta prestação de serviços ainda não ocorreu e que o prazo de execução abrange os anos de 2019 a 2020.

Nestes termos, e em conformidade com o disposto nos termos conjugados da alínea *a)* do artigo n.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012, e do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, manda o Governo, pelos Secretários de Estado do Orçamento e das Infraestruturas, ao abrigo da competência delegada, o seguinte:

1 — Fica a Infraestruturas de Portugal, S. A., autorizada a proceder à repartição de Encargos relativos ao contrato da «Aquisição de aparelhos de via para a RIV Espinho/Gaia», até ao montante global de € 4.965.500,00, na condição de ter financiamento europeu com candidatura aprovada e a um financiamento máximo nacional de € 1.266.000,00.

2 — Os encargos orçamentais decorrentes da execução do contrato acima referido são repartidos da seguinte forma, não podendo exceder estes valores em cada ano económico:

Em 2019: € 0,00;

Em 2020: € 4.965.500,00, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;

3 — O montante fixado para cada ano económico poderá ser acrescido do saldo apurado no ano anterior.

4 — Os encargos financeiros resultantes da execução do presente diploma serão satisfeitos por verbas adequadas do orçamento da Infraestruturas de Portugal, S. A.

5 — A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

29 de abril de 2019. — O Secretário de Estado do Orçamento, *João Rodrigo Reis Carvalho Leão*. — 3 de maio de 2019. — O Secretário de Estado das Infraestruturas, *Jorge Moreno Delgado*.

312273147

Portaria n.º 342/2019

Considerando que a Infraestruturas de Portugal, S. A., pretende lançar um procedimento para a «Aquisição de serviços de Acompanhamento às